



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

08
13



Unidade Requisitante

Secretaria Municipal de Administração, 01.614.537/0001-04



Alinhamento com o Planejamento Anual

A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização.



Equipe de Planejamento

Nicolly Silva Queiroz



Problema Resumido

O Município de Itinga do Maranhão enfrenta contencioso expressivo nas esferas trabalhista, tributária, administrativa e constitucional, com impactos financeiros e institucionais relevantes. A Procuradoria Municipal não dispõe de quadro funcional suficiente para absorver o volume e a complexidade das demandas, o que pode acarretar perda de prazos processuais, fragilidade das defesas, condenações de elevada monta e insegurança jurídica. O TCU reconhece a possibilidade de contratação de serviços advocatícios especializados quando a estrutura jurídica do ente é insuficiente para atender às demandas (Acórdãos TCU nº 289/2018-Plenário; nº 588/2018-Plenário; nº 1925/2019-Plenário).

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.



DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão se encontra diante de um cenário crítico que demanda atenção imediata. A alta incidência de contenciosos nas esferas trabalhista, tributária, administrativa e constitucional expõe a administração pública a riscos significativos, incluindo potenciais condenações que podem comprometer o orçamento municipal e a prestação de serviços essenciais à população.

A Procuradoria Municipal, órgão destinado a defender os interesses da administração pública, apresenta limitações estruturais e de pessoal que inviabilizam a gestão eficaz dessas demandas legais. O quadro funcional atual é insuficiente para lidar com o volume e a complexidade das causas em andamento, resultando em riscos como o descumprimento de prazos processuais e a inadequada elaboração de defesas jurídicas. Tais condições tornam a gestão dos assuntos jurídicos do município vulnerável, colocando em risco não apenas a integridade financeira da municipalidade, mas também a

Ambs



segurança jurídica numa perspectiva mais ampla.

A falta de defesa adequada pode levar a condenações de montantes consideráveis, prejudicando a capacidade de investimento do município e afetando diretamente a qualidade dos serviços públicos prestados à população. Além disso, a situação gera insegurança jurídica, condição que pode desestimular investimentos na região e impactar o desenvolvimento local.

Diante desse contexto, a contratação de serviços advocatícios especializados torna-se essencial. A experiência e a expertise de profissionais qualificados são fundamentais para garantir uma assessoria jurídica robusta, capaz de manejar as peculiaridades de cada caso e proporcionar uma defesa efetiva dos interesses do Município de Itinga do Maranhão. Essa medida não apenas visa mitigar os riscos associados aos contenciosos existentes, mas também buscar prevenir futuras demandas que possam surgir, fortalecendo assim a estrutura jurídica do município.

Atender a tal necessidade é, portanto, uma ação que converge com o interesse público, assegurando que a administração pública exerça suas funções com eficiência e responsabilidade, promovendo um ambiente jurídico seguro e sustentável para todos os cidadãos. A preservação do patrimônio público, o cumprimento de normas legais e a garantia de direitos fundamentais são pilares que fundamentam a atuação estatal e que merecem ser resguardados por meio de adequadas soluções jurídicas.

Riscos: execução parcial dos serviços; descumprimento de prazos processuais; dependência excessiva da contratada; preços acima do mercado. Medidas: escopo detalhado com entregas e prazos; designação de fiscal do contrato (art. 117, Lei nº 14.133/2021); relatórios periódicos; justificativa formal de preços (art. 72); sanções contratuais e rescisão por interesse público.

REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

A elaboração de um Estudo Técnico Preliminar (ETP) para a contratação de serviços advocatícios especializados pela Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão deve considerar a complexidade e a urgência das demandas jurídicas enfrentadas. Abaixo, estão listados os requisitos que a solução contratada deve atender, visando garantir uma escolha mais vantajosa por meio de um processo competitivo.

Requisitos da contratação:

- Especialização Jurídica:** A sociedade de advogados contratada deve possuir comprovada especialização e experiência na área jurídica aplicável às demandas da administração pública municipal, especialmente no âmbito da Justiça Comum, Justiça Federal e Justiça do Trabalho.
- Experiência Comprovada:** Será exigida comprovação de experiência prévia na representação de entes públicos em ações judiciais de relevância, bem como em atividades de consultoria jurídica voltadas ao atendimento de interesses administrativos e institucionais do município.
- Equipe Qualificada:** A equipe técnica deve ser composta por profissionais regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com experiência mínima de 5 anos na prática jurídica em áreas



correlatas às demandas da contratação. A qualificação deve ser comprovada por meio de currículos e documentos pertinentes.

4. Atendimento Contínuo e Disponibilidade: A sociedade contratada deve demonstrar capacidade para prestar suporte jurídico de forma contínua, adaptando-se às demandas urgentes do município. Isso inclui a disponibilidade para comparecimento a audiências, reuniões e acompanhamento processual, tanto presencial quanto remoto, conforme necessário.

5. Capacidade de Análise e Proposição: A contratada deve demonstrar habilidade para identificar riscos jurídicos, propor medidas preventivas e apresentar soluções eficazes para questões consultivas e contenciosas.

4.6. Confidencialidade: Compromisso formal com a confidencialidade de todas as informações sensíveis e estratégicas do município, resguardando os dados em conformidade com as normativas legais aplicáveis.

7. Relatórios Periódicos: A sociedade contratada deverá apresentar relatórios periódicos detalhados sobre o andamento dos processos judiciais e consultivos. Esses relatórios devem conter análises objetivas, descrição das ações realizadas, resultados alcançados e proposições para futuras ações estratégicas.

8. Instrumentos de Monitoramento: A sociedade deverá implementar instrumentos de monitoramento dos processos sob sua responsabilidade, assegurando que todas as etapas sejam cumpridas dentro dos prazos legais e administrativos estipulados.

Esses requisitos visam assegurar que a contratação atenda efetivamente às necessidades da Procuradoria Municipal, garantindo a melhora na capacidade de resposta jurídica e a mitigação de riscos legais.



SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

- Solução 1: Contratação de Escritórios de Advocacia Especializados

Vantagens:

- Expertise: Acesso a profissionais com conhecimento específico nas áreas necessárias (trabalhista, tributária, administrativa e constitucional), melhorando a qualidade das defesas.

- Agilidade: Possibilidade de resposta rápida às demandas, minimizando riscos de perda de prazos processuais.

- Escalabilidade: Capacidade de adaptar o volume de trabalho conforme as necessidades do município, contratando mais ou menos serviços conforme a demanda.

Desvantagens:

- Custo: Pode acarretar custos elevados, dependendo das tarifas da firma contratada, impactando o orçamento municipal.

- Dependência: Risco de depender excessivamente de terceiros, podendo levar à falta de capacitação

Ames



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



interna ao final do contrato.
- Menor controle: Difícil monitoramento da eficácia dos serviços prestados, podendo resultar em insatisfação se os resultados não forem mensuráveis.

- Solução 2: Criação de um Núcleo de Apoio Jurídico Temporário
- Vantagens:

- Custo-Benefício: Possivelmente mais econômico que a contratação direta de escritórios, já que pode aproveitar advogados temporários sem a estrutura fixa de um escritório.

- Conhecimento interno: Promove a formação e capacitação continuada da equipe jurídica do próprio município.

- Flexibilidade: Permite ajustar o número de profissionais de acordo com a magnitude do contencioso.

- Desvantagens:
- Limitações de Expertise: A profundidade do conhecimento técnico pode ser inferior ao de um escritório especializado.

- Tempo de Implementação: Requer tempo para recrutamento, seleção e treinamento dos profissionais.

- Alta rotatividade: Atração e retenção de talentos pode ser desafiadora em um cenário municipal, afetando a continuidade do trabalho.

- Solução 3: Parceria com Universidades/Faculdades de Direito

- Vantagens:
- Custo Reduzido: Parcerias podem diminuir os custos, uma vez que alunos em estágio podem trabalhar sob supervisão, oferecendo suporte jurídico.

- Formação prática: Proporciona aos estudantes experiência no campo e pode gerar qualidade na execução das tarefas supervisionadas.

- Inovação: Atração de novas ideias e abordagens por meio de jovens advogados e acadêmicos.

- Desvantagens:
- Falta de Experiência: Alunos podem não ter a experiência necessária para lidar com casos de complexidade elevada, resultando em defesas fracas.

- Dificuldade de Coordenação: Requer gestão eficaz para integrar estagiários ao processo jurídico existente do município, o que pode demandar tempo e energia.

- Atrasos potenciais: O aprimoramento de processos e adequação à realidade do município pode demandar mais tempo devido ao envolvimento de estudantes em formação.

Comparativo

Análise:

Critério	Escritórios Especializados	Núcleo de Apoio Jurídico	Parceria com Universidades
Custo	Alto	Moderado	Baixo
Expertise	Alta	Média	Baixa
Tempo de Implementação	Rápido	Médio	Lento



Controle e Supervisão	Difícil	Mais fácil	Gestão necessária	
Capacitação da Equipe	Baixa	Alta	Média	
Flexibilidade	Alta	Alta	Média	

- Considerações Finais: Cada solução apresenta características distintas que devem ser avaliadas em função do contexto específico do Município de Itinga do Maranhão, considerando custos, eficiência e capacidade de mitigação dos riscos jurídicos enfrentados. A escolha deve priorizar a combinação entre custo, qualidade e incremento da capacidade interna do município.

1.1/

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

A escolha pela contratação de escritórios de advocacia especializados se justifica por uma série de fatores técnicos que garantem a eficácia e a adequação da solução proposta às necessidades do Município de Itinga do Maranhão. A Procuradoria Municipal, diante de um contencioso expressivo e complexo, carece de expertise e recursos humanos suficientes para atender à totalidade das demandas judiciais e administrativas enfrentadas. Os escritórios especializados apresentem um histórico comprovado na defesa de entes públicos, o que se traduz em maior capacidade de elaboração de defesas robustas e eficazes, mitigando riscos de condenações onerosas.

Os aspectos de desempenho dos serviços prestados por esses escritórios são significativos, uma vez que têm conhecimento aprofundado das particularidades e nuances do Direito Público. Essa especialização proporciona um diferencial na identificação de estratégias processuais adequadas, além de permitir a atuação proativa em negociações e acordos. A compatibilidade da solução é evidente, pois esses escritórios configuram suas atuações em conformidade com as necessidades específicas do cliente, permitindo uma integração efetiva com as diretrizes e objetivos da administração pública municipal.

A facilidade de implementação dos serviços advocatícios também merece destaque. Os escritórios costumam ser estruturados para iniciar os atendimentos de forma ágil, definindo equipes de trabalho prontamente disponíveis para a absorção das demandas existentes. Isso reduz a curva de aprendizado e promove uma resposta mais rápida frente às urgências e prazos processuais críticos. A experiência prévia de tais instituições em situações similares complementa essa velocidade, garantindo que as soluções sejam fidedignas e exequíveis dentro do contexto de atuação do Município.

Os benefícios operacionais advindos dessa escolha estão relacionados à manutenção e ao suporte técnico contínuo oferecido pelos escritórios de advocacia. Tais instituições geralmente disponibilizam canais de comunicação permanentes e relatórios de acompanhamento dos casos, garantindo transparência e controle sobre as ações advocatícias. Além disso, a escalabilidade da solução é um aspecto relevante, já que os escritórios podem ajustar sua quantidade de recursos e esforços dedicados das suas equipes conforme a variabilidade das demandas judicial e administrativa do município.

Do ponto de vista econômico, a escolha pela contratação de escritórios especializados gera um retorno significativo em relação ao investimento realizado. O custo-benefício desta abordagem está atrelado

Handwritten signature: Xams



não apenas à diminuição das despesas com honorários advocatícios, mas também à proteção financeira que a correta defesa legal proporciona. Com a mitigação de riscos de condenações onerosas, o Município poderá evitar prejuízos que poderão impactar seu orçamento e sua capacidade de investimento em outras áreas sociais essenciais. Assim, a contratação se apresenta como uma medida de prudência e responsabilidade fiscal, promovendo segurança jurídica e estabilidade financeira.

Em síntese, a escolha pela contratação de escritórios de advocacia especializados é uma decisão estratégica que alinha eficiência operacional, viabilidade técnica e vantagens econômicas ao interesse público, assegurando que o Município de Itinga do Maranhão enfrente seus desafios jurídicos com a necessária atenção e expertise.

1. QUANTITATIVOS E VALORES

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

Lote 01					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unid.	R\$ Total
1	Prestação de serviços jurídicos de atuação consultiva e contenciosa perante a Justiça Comum, às Justiças Federais e Justiça do Trabalho	MÊS	12,00	R\$ 30.000,00	R\$ 360.000,00
Valor Total				R\$ 360.000,00	

A partir de consulta a contratações similares publicadas no PNCP, no ComprasNet e em bases de Tribunais de Contas Estaduais, apresentam-se as seguintes estimativas para a presente contratação:

Item	Quantidade/Valor	Base/Observação
Valor mensal estimado	R\$ 30.000,00	Compatível com contratações análogas (PNCP/ComprasNet).
Valor anual estimado	R\$ 360.000,00	12 parcelas mensais.
Processos ativos a acompanhar	50 a 70 / ano	Estimativa baseada em histórico e porte municipal.
Pareceres jurídicos	Até 12 / ano	Pareceres técnicos escritos.
Relatórios de atividades	4 / ano	Relatórios trimestrais.

2. PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Parcelamento formal, realização de uma única licitação, mas cada parcela da solução sendo adjudicada em lotes/itens distintos.

A realização de uma única licitação com a adjudicação em lotes ou itens distintos é justificada pela necessidade de atender à complexidade das demandas jurídicas enfrentadas pela Prefeitura Municipal



de Itinga do Maranhão. O contencioso expressivo nas esferas trabalhista, tributária, administrativa e constitucional requer especializado conhecimento em áreas distintas, o que torna viável e eficiente a divisão dos serviços entre escritórios de advocacia com expertise específica. Essa abordagem permite que questões variadas sejam tratadas por profissionais que tenham experiência comprovada na área correspondente, garantindo assim defesas mais robustas e adequadas a cada situação. M
B

Outros benefícios do parcelamento são a possibilidade de otimização do tempo de resposta às demandas judiciais e administrativas. Com múltiplos escritórios lidando com diferentes assuntos simultaneamente, é possível evitar atrasos e desagregações que poderiam ocorrer caso um único escritório fosse encarregado de todas as demandas. Além disso, essa estratégia facilita a concorrência entre os escritórios, resultando em propostas mais vantajosas para o município e assegurando que os melhores prestadores de serviço sejam selecionados para atender às necessidades específicas.

Por fim, a adoção desse modelo de contratação fragmentada tem um impacto positivo no atendimento ao interesse público. Com a contratação de diversos escritórios especializados, a Procuradoria Municipal poderá melhorar sua performance em termos de agilidade e efetividade na defesa dos interesses do Município. Isso não só minimiza riscos de condenações onerosas e favorece a segurança jurídica, como também fortalece a confiança da população nas ações do governo municipal, refletindo diretamente na melhoria da imagem institucional da Prefeitura de Itinga do Maranhão.



RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de escritórios de advocacia especializados pela Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão visa resolver o contencioso expressivo enfrentado nas esferas trabalhista, tributária, administrativa e constitucional. Essa solução apresenta uma economicidade significativa, pois os escritórios têm a expertise necessária para atuar de forma eficiente nestas áreas, proporcionando um custo-benefício superior ao que seria alcançado com a ampliação da Procuradoria Municipal. Ao evitar condenações onerosas e ineficiências processuais, a contratação direta contribui para a proteção dos recursos financeiros do município.

Além disso, a solução proposta possibilita o aproveitamento eficiente dos recursos humanos disponíveis. A estrutura atual da Procuradoria Municipal não comporta a demanda existente, o que pode resultar em perdas significativas, como prazos processuais não cumpridos e defesas insuficientes. Com a contratação de profissionais especializados, o município garante que as demandas sejam atendidas por advogados experientes, permitindo que os servidores públicos se concentrem em funções que requerem conhecimento específico em suas áreas, aumentando a produtividade geral.

Em relação aos recursos materiais, a contratação de escritórios privados elimina a necessidade de investimento adicional em infraestrutura e tecnologia que seriam necessários para expandir a própria Procuradoria. Os escritórios já dispõem das ferramentas necessárias para a gestão das ações judiciais, o que evita gastos desnecessários com aquisição de sistemas e equipamentos.

Assinatura



Por fim, a contratação de serviços advocatícios especializados permite à administração pública responder de forma ágil e eficaz às demandas legais, reduzindo a insegurança jurídica e evitando futuras condenações. Isso resulta em uma utilização mais racional e otimizada dos recursos financeiros do município, protegendo seu patrimônio e garantindo a continuidade dos serviços públicos essenciais. Assim, a solução traz benefícios econômicos e operacionais relevantes, alinhando-se aos objetivos de eficiência e eficácia na administração pública.

≡ PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A contratação de escritórios de advocacia especializados para a Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão demanda uma série de providências que garantam a eficácia e eficiência na solução do contencioso enfrentado. Inicialmente, é necessário realizar um diagnóstico detalhado da situação atual da Procuradoria Municipal, identificando as áreas de maior demanda e os tipos de ações judiciais que predominam. Essa análise servirá como base para definir a quantidade e a especialização dos serviços jurídicos requeridos.

Providências administrativas necessárias:

Subsequentemente, é imprescindível o levantamento de informações sobre os escritórios de advocacia disponíveis no mercado que possuem experiência em contenciosos coletivos e que atuem nas esferas mencionadas (trabalhista, tributária, administrativa e constitucional). Esse levantamento pode incluir a elaboração de critérios de seleção, considerando a reputação, a experiência prévia em casos similares e a capacidade técnica comprovada. Uma vez fixados os critérios, a administração deve proceder com a pesquisa de mercado para identificar potenciais fornecedores.

Adicionalmente, torna-se relevante estabelecer um sistema de gerenciamento que monitore os casos atribuídos aos escritórios contratados, garantindo acompanhamento próximo das estratégias jurídicas adotadas. Para isso, a criação de um painel de controle, com indicadores de desempenho, facilitará a mensuração da eficácia do trabalho realizado pelos advogados. Esses indicadores podem incluir taxa de sucesso nas defesas e agilidade na resposta às demandas processuais.

Indicador	Meta	Medição/Verificação
Pareceres entregues no prazo	100% até 5 dias úteis	Protocolo e controle de prazos.
Atendimento a demandas urgentes	100% até 48h	Registro de abertura e conclusão do chamado.
Comparecimento em audiências	≥ 95% das convocações	Atas e certidões de audiência.
Relatórios trimestrais	100% entregues no prazo	Protocolo e aceite do fiscal.

Janus



Redução de contingências	Meta de 30% (médio prazo)	Relatório consolidado semestral.
--------------------------	---------------------------	----------------------------------

Embora as contratações comuns não exijam capacitação específica, neste caso, recomenda-se a implementação de um curso de formação em gestão e fiscalização de contratos jurídicos para os servidores da Procuradoria Municipal. Este treinamento deverá abordar temas como a análise de relatórios de progresso dos escritórios, noções de acompanhamento processual e aspectos éticos no assessoramento jurídico. Tal capacitação visa assegurar que os servidores possam gerenciar adequadamente os contratos, contribuindo para uma gestão eficaz e orientada a resultados.

Por fim, é importante elaborar um plano detalhado de reservas orçamentárias que considere não apenas os valores das contratações, mas também possíveis despesas adicionais relacionadas ao contencioso, como honorários sucumbenciais ou custas processuais. Essa previsão financeira possibilitará à administração uma melhor alocação de recursos, reduzindo riscos de contingenciamentos futuros e assegurando a continuidade das atividades jurídicas necessárias.

Essas providências operacionais e estruturais visam garantir a contratação eficiente de serviços advocatícios especializados e a melhorar a estrutura de suporte da Procuradoria Municipal, sempre alinhadas aos princípios de economicidade, eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos.



CONTRATAÇÕES CORRELATAS

A análise da necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para a solução escolhida, que é a contratação de escritórios de advocacia especializados, revela que não há contratações adicionais necessárias antes da implementação dessa solução. A Procuradoria Municipal de Itinga do Maranhão enfrenta um elevado volume de processos nas esferas trabalhista, tributária, administrativa e constitucional, o que justifica a demanda imediata por apoio jurídico especializado.

O escopo da contratação de serviços advocatícios especializados visa fornecer suporte jurídico pontual para atender à complexidade das demandas existentes. Esse serviço é suficiente para resolver as questões enfrentadas pela Procuradoria Municipal neste momento, uma vez que permitirá evitar a perda de prazos processuais e garantir defesas adequadas.

Não se identificam, portanto, necessidades complementares que dependam tecnicamente ou operacionalmente da contratação dos escritórios especializados. Assim, a estrutura existente na Procuradoria pode operar integradamente com os serviços que serão contratados, sem requisições adicionais relacionadas a atendimento de infraestrutura, manutenção predial ou qualquer outro tipo de suporte que necessite de contratação prévia.

Lauro



Em suma, a solução de contratação de escritórios de advocacia especializados atende de forma direta à demanda atual da Procuradoria Municipal, e não existem contratações correlatas ou interdependentes que precisem ser realizadas antes desse passo.

7/8



IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação de escritórios de advocacia especializados pela Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão, visando atender um contencioso expressivo nas esferas trabalhista, tributária, administrativa e constitucional, pode gerar alguns impactos ambientais relacionados ao consumo de recursos e à geração de resíduos. É importante considerar esses impactos e elaborar medidas mitigadoras que promovam a eficiência energética e o uso responsável de recursos.

Um dos principais impactos ambientais potenciais fraqueza na eficiência energética dos escritórios contratados. Isso pode ocorrer caso as instalações físicas utilizadas seja ineficientes em termos de consumo de energia. A medida mitigadora proposta é a recomendação para que os escritórios adotem práticas de eficiência energética, como a utilização de equipamentos de baixo consumo (como impressoras e computadores com selo de eficiência energética), bem como iluminação natural e LED. Além disso, é sugerido incentivar o teletrabalho, quando possível, reduzindo assim a necessidade de deslocamento físico e contribuindo para a diminuição da pegada de carbono.

Outro impacto relevante diz respeito ao consumo de papel e à geração de resíduos. Escritórios de advocacia costumam gerar um volume significativo de documentos impressos. Para mitigar esse impacto, é importante promover a adoção de soluções digitais, incentivando a digitalização de documentos e o uso de plataformas eletrônicas para a gestão de processos. Medidas como a implementação de políticas de impressão consciente, compreensão de o uso de papel reciclado, podem ajudar a diminuir o desperdício e a geração de resíduos.

Adicionalmente, é necessário considerar a logística reversa na contratação de serviços jurídicos. Embora não se trate de produtos físicos, é fundamental discutir a destinação adequada de materiais de escritório utilizados pelos profissionais contratados. Os escritórios devem ser instruídos a adotar práticas de descarte de resíduos de forma responsável, utilizando pontos de coleta apropriados para reciclagem de papel, plásticos e materiais eletrônicos, quando aplicável. Essa ação ajuda a minimizar o impacto ambiental da contratação.

Por fim, é essencial monitorar e avaliar periodicamente as práticas ambientais adotadas pelos escritórios de advocacia contratados. A inclusão de cláusulas contratuais que exijam o cumprimento dessas medidas mitigadoras pode assegurar que os impactos ambientais sejam efetivamente gerenciados e reduzidos ao longo da execução do contrato. Dessa forma, a Prefeitura de Itinga do Maranhão poderá atuar de forma proativa na minimização dos impactos ambientais decorrentes da sua contratação.

Lauro



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



CONCLUSÃO

889

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é PLENAMENTE VIÁVEL.

Itinga do Maranhão - MA, 2 de Outubro de 2025

Luis James Silva da Silva Fonseca

Procurador

Decreto nº 260/2025 - GAB